

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE IÇARA/SC

Thais Cardoso do Nascimento
Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Grasiela Gonçalves Mendes
Mestre em Educação
Docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como se dá a formação e a capacitação em Educação Física inclusiva dos professores da rede municipal de ensino de Içara/SC. Para isso foi feita uma pesquisa de campo em escolas de diferentes regiões da rede municipal de Içara, sendo entrevistados 10 professores. Analisando as respostas do questionário percebemos que a formação inicial dos professores de Educação Física é insuficiente quando se trata de inclusão de alunos com deficiência. Evidenciou-se também que o município não oferece capacitação e formação continuada para tratar deste tema. Desta forma, conclui-se que a educação inclusiva não se efetiva de maneira qualificada, pois, sem formação adequada prejudica-se o processo ensino aprendizagem.

Palavras-chaves: Formação; Professores; Inclusão.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze how is the formation and capacity in inclusive education Physics teachers of municipal Içara/SC teaching. For this was made a field survey in some schools from different regions of municipal Içara, and were interviewed 10 teachers. Analyzing the answers of the questionnaire realized that the initial training of physical education teachers is insufficient when it comes to inclusion of students with disabilities. It also showed that the municipality does not offer training and continuing education to address this issue. Thus, it is concluded that inclusive education is not effective in a qualified way, because without proper training harms the learning process.

Keywords: Formation; Teachers; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu das observações realizadas nos estágios obrigatórios do curso de Educação Física, no decorrer desses estágios

constatou-se que os professores de Educação Física apresentam dificuldades no trato pedagógico com crianças com deficiência. Colaborando com a escolha da temática, minha experiência profissional como professora auxiliar confirmou que existem inúmeras dificuldades para se efetivar a inclusão escolar, dentre elas a falta de formação e capacitação. Desse modo surge a seguinte problemática: Como se dá a formação e a capacitação em Educação Física inclusiva dos professores da rede municipal de ensino de Içara/SC?

Para responder a esse problema surgiram algumas questões que norteiam a pesquisa: De que forma os professores de Educação Física atuam em turmas que possuem alunos especiais incluídos no ensino regular? Quais dificuldades os professores de Educação Física da rede municipal de Içara enfrentam na atuação docente inclusiva? Os professores de Educação Física da rede municipal de Içara/SC realizam formação continuada e cursos de aperfeiçoamento?

Sendo assim o objetivo geral do trabalho é analisar como se dá a formação e a capacitação em Educação Física inclusiva dos professores da rede municipal de ensino de Içara/SC.

Seguindo com os objetivos específicos:

- Verificar de que forma os professores de Educação Física atuam com a educação inclusiva.
- Compreender as principais dificuldades dos professores de Educação Física da rede municipal de Içara/SC na atuação pedagógica com alunos com necessidades especiais.
- Analisar quais os cursos oferecidos pelo município para sua capacitação.

O trabalho será realizado em forma de pesquisa de campo, que segundo Trivinos (2004) torna os registros mais descritivos e relata a observação da produzida ocasião de forma mais detalhada. Gil (2002, p. 129) concorda que “os estudos de campo, de modo geral, apresentam objetivos muito mais amplos do que os levantamentos”.

A escolha das escolas de Içara, SC, ocorreu levando em consideração as diferentes regiões que compõe o município, sendo selecionadas cinco escolas de localizações distintas. Realizou-se um levantamento junto a secretaria municipal de educação e aleatoriamente foram selecionados dez

professores, sendo cinco efetivos e cinco ACTs(Admitido em Caráter Temporário).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Estudos relatam que atualmente está ocorrendo um movimento para a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, devido a compreensão de que todas as pessoas devem não só participar de forma democrática da organização da sociedade, como também ter acesso às oportunidades de desenvolvimento sociocultural. (LIMA, SANTOS, SILVA 2008)

Isso significa que o aluno com deficiência deve ter acesso garantido ao processo formal de ensino que se estabelece no âmbito escolar, e não só estar no mesmo local que os demais, mas participar efetivamente do desenvolvimento social e intelectual que a educação proporciona. No entanto para que haja essa inclusão é necessário que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade que se apresenta na realidade escolar.

Segundo Paulon, Freitas e Pinho (2005) os profissionais precisam de uma formação qualificada para conseguir lidar com os desafios que podem encontrar enquanto educadores, pois, além dos desafios de incluir o aluno com deficiência ainda existem as desigualdades geradas pelo sistema econômico e social, que não possibilita condições objetivas para o atendimento educacional de qualidade para a classe trabalhadora no ensino regular.

Paulon, Freitas e Pinho (2005, p. 23) se referindo aos professores afirmam que “o social e profissional destes agentes esteja sustentado por uma rede de ações interdisciplinares, que se entrelacem no trabalho com as necessidades educacionais especiais do aluno”.

Segundo os autores, o processo de inclusão de alunos com deficiência causa impasses no dia-a-dia das escolas. Sendo assim, fica evidente a necessidade de se repensar a formação inicial e continuada dos educadores bem como uma capacitação continua que possibilite um contexto de estudos avançados para práticas pedagógicas realmente inclusivas.

As políticas públicas também causam impacto nesse processo, pois, não há inclusão sem ações governamentais que façam se objetivar o acesso, a estrutura, e a valorização profissional.

O sucesso de uma política inclusiva depende da qualidade de uma rede de apoio que lhe dê sustentação e que as interações entre os profissionais envolvidos, da educação, saúde e assistência, são fundamentais a um processo de inclusão do sujeito na escola e na sociedade. (PAULON, FREITAS E PINHO, 2005, p.31)

Outro aspecto importante diz respeito a organização curricular, Hinz e Boban (2004) destacam que em vez de se estabelecer currículos individuais traduzidos em planos individuais de ensino, deve-se desenvolver um currículo comum para todo o grupo, a escola precisa deixar de ser seletiva.

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Análise feita com cinco escolas de diferentes regiões do município de Içara, sendo elas denominadas A, B, C, D, E. Responderam o questionário dez professores, sendo eles cinco efetivos e cinco ACTs(Admitidos em Caráter Temporário) que serão denominados aqui A1, A2 e assim por diante.

Todos os professores que responderam o questionário possuem pós-graduação, entretanto somente o professor B1 possui em Educação Inclusiva.

A respeito dos cursos de formação continuada na área de inclusão seis professores responderam que possuem e citaram o curso de libras. E três professores responderam que não possuem curso de formação continuada na área de inclusão. Apenas um professor não respondeu essa pergunta.

A educação física tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e isso nos leva considerar que a educação física tem um papel fundamental para a inclusão integral, não só nas aulas, mas também na sociedade considerando que cada indivíduo é diferente. (NASCIMENTO, et al., 2007)

Paulon, Freitas e Pinho (2005) afirmam que é indispensável instalar uma política de formação continua para profissionais da área da educação e propiciar condições para que as políticas de inclusão se efetivem.

Quando questionados se nas turmas que dão aula, possuíam algum aluno com deficiência e qual tipo de deficiência, apenas três professores não possuem. Os outros sete professores possuem alunos com deficiência sendo citadas no questionário como: paralisia cerebral, comprometimento motor e fala, auditivo, autista, cadeirante, deficiência leve, visual, intelectual, déficit de atenção e transtorno opositor.

Segundo Seabra Junior et al. (2004) a inclusão vem se efetivando gradativamente num processo social amplo e tem como objetivo a igualdade de oportunidades, convívio com as diversidades, aproximação das diferenças quer sejam físicas, religiosas, políticas, sociais e culturais.

Na questão de como o professor faz para incluir o aluno com deficiência em suas aulas, como três professores não possuem alunos com deficiência não responderam. Por terem mais tempo de profissão levanta-se a hipótese de que esses professores já trabalharam com alunos com deficiência, no entanto, preferiram não responder.

Os demais professores responderam da seguinte maneira. O professor (A1) salientou que “o autista não consegue ficar por muito tempo em uma só atividade, então nas primeiras atividades da turma o estagiário juntamente comigo o auxiliamos quando percebemos que ele não está mais empolgado damos uma bola de basquete, pois ele gosta muito e ficamos auxiliando a quicar e lançar”.

O professor (A3) disse que “primeiro explico a atividade, depois de o aluno visualizar a atividade, convido ele para fazer a atividade”.

O professor (B1) respondeu da seguinte maneira “levando-os para minhas aulas”. O professor (B3) enfatizou que “aulas adaptadas e muitas vezes tarefas a parte”.

O professor (C1) respondeu que “meu aluno participa de todas as aulas”. O professor (C2) respondeu que “ela participa de acordo com a sua vontade e tipo de aula naquele dia”.

Para o professor (E1) “é muito difícil incluir a menina com deficiência durante as aulas, pois devido suas necessidades, a comunicação com ela é muito restrita, mas alguns materiais são disponibilizados para trabalhar a estimulação”.

Quando questionados se os alunos participam das atividades propostas, a grande maioria relatou que os alunos com deficiências são bastante participativos, apenas o professor (E1) disse que o aluno não participa.

Daolio (1995) defende uma Educação Física em que a escola deveria atender a todos os alunos, considerando e respeitando suas diferenças. Para o autor, a educação física na escola deve ir além da cultura corporal.

Para Cidade e Freitas (1997), a Educação Física Adaptada na escola, se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir a participação dos estudantes em atividades adequadas às suas necessidades e possibilidades, que elas sejam valorizadas e se integrem num mesmo mundo.

Seabra Junior et al. (2004) relatam que os primeiros passos para abordar estas questões da inclusão passam pela escola, já que seu papel não é apenas o de ensinar e transmitir conhecimento, mas também o de participar da convivência social. Podendo denominar de desenvolvimento sem dissociar mente e corpo interagindo com o meio ambiente.

No questionamento se os demais alunos demonstram interesse em ajudar os alunos com deficiência nas atividades, a maior parte dos professores respondeu que sim, destacando a resposta do professor (B3) “Todos participam e ajudam”, o professor (E1) fez um relato diferente “como ela não consegue participar das aulas, os alunos não conseguem ajudar, porém os alunos a ajudam nas demais tarefas escolares”.

A respeito da acessibilidade no ambiente escolar, quatro professores responderam com respostas curtas, apenas afirmando que suas escolas possuem um ambiente acessível.

O professor (A1) respondeu que “sim, portanto ainda faltam mais coisas”. O professor (B2) “respondeu que sim possui rampas”. O professor (B3) “no que se refere espaço há pouca acessibilidade”. E o professor (D1) “não tem rampas nas salas”. Outros dois professores responderam que não possui acessibilidade.

Acredito que uma das questões principais no que se refere à inclusão é a acessibilidade nas escolas para que os alunos com deficiência possam se sentir independentes no seu local de estudo.

Nonato (2011) constatou que os serviços privados e públicos, dos diversos espaços que compõem os lugares rurais e urbanos do Brasil não permitem que deficientes consigam utilizar ter acesso, ter liberdade em sua locomoção possuir autonomia, tendo segurança e independência.

Na questão relativa à opinião dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. O professor (A1) “penso que é uma falsa inclusão dependendo do grau de deficiência de cada aluno. Acho legal o contato do aluno com deficiência com os ditos “normais” e vice versa, creio que esse contato é necessário, porém ainda possuem várias divergências”. O professor (A3) respondeu apenas “importante”.

O professor (B1) destacou que “Eles tem o direito de estarem se socializando. De total importância para o desenvolvimento afetivo cognitivo e motor”. O professor (B3) respondeu que “normal, desde 1990 a lei é clara, só devemos nos prepararmos mais”. O professor (C1) da seguinte maneira “acho bom, e os outros alunos gostam e os ajudam”. O professor (D1) “Com certeza seria ótimo a inclusão, mas teria que preparar todo ambiente escolar”. Para o professor (E1) “é um assunto polêmico, acho importante que os mesmos frequentem as aulas, mas também acho que os profissionais ou as instituições de ensino deveriam trabalhar mais o termo inclusão no ensino regular”.

Divergindo das opiniões anteriores, o professor (A2) “Fictício, ilusão, miragem”. O professor (B2) “Não sou favorável, pois professores do ensino regular não saem prontos das universidades para trabalhar com crianças com deficiência”. O professor (C2) “Não sou favorável, mas já que estão temos que nos adaptarmos nessa nova fase”.

Paulon, Freitas e Pinho (2005, p. 21) afirmam que “não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado”.

Levando em consideração que a escola é um espaço formal de apropriação do conhecimento, o processo de inclusão de fato só poderá ocorrer quando houver, de acordo com as possibilidades sócio cognitivas dos alunos com deficiência, avanço na compreensão dos conteúdos, no caso da Educação Física relativos a cultura corporal de movimento.

Quando questionados se dentro da escola são realizadas reuniões entre os professores, os responsáveis pelo atendimento especializado e a

equipe gestora e se isso influencia na prática pedagógica, nove professores responderam que sim, cito como exemplo o professor (C1) que foi enfático “sim, ajuda bastante”. E apenas o professor (D1) respondeu que “Não possui”.

Quando perguntando se o município oferece cursos na área de inclusão, nove professores responderam que não, somente um professor disse que possui. Com base nas respostas dos professores podemos perceber que o município não oferece cursos na área de inclusão.

Os professores que sentem necessidade da capacitação para atuar de maneira inclusiva buscam se aperfeiçoar. Com a seguinte resposta de um dos professores. “A capacitação é por conta de cada um” (B3).

Quando se trata de quais os limites e possibilidades existem na prática pedagógica inclusiva em Educação Física, dois professores não responderam essa questão. Evidencia-se nesta análise que a precariedade na formação inicial e continuada contribui para a falta de argumentos nas respostas.

Os outros oito professores responderam da seguinte maneira, o professor (A2) “falta de espaço, material, cursos de aperfeiçoamento”. O professor (A3) respondeu “não tem limites, sempre procurando superá-los”. O professor (B1) “os limites são os graus de deficiência as possibilidades até onde posso avançar com este aluno nas minhas aulas”. O professor (B2) respondeu que “difícil é colocar o aluno com deficiência no mesmo espaço que os demais, temos que garantir suas vivências de forma plena”. O professor (B3) respondeu “os espaços físicos, visão dos objetivos junto ao seu plano de aula; e ter determinação em renovar suas aulas”. O professor (C2) limites as vezes é o espaço físico e materiais. “Possibilidades elas surgem no dia a dia, ensinando e aprendendo com eles”. O professor (D1) “com auxílio de um professor podemos fazer algumas atividades, pertinente a sua deficiência”. O professor (E1) “desde que sejam oferecidos cursos e capacitações na área da inclusão, fazendo com que os profissionais estejam realmente capacitados e com completo domínio na área”.

Lima, Santos, Silva (2008) mostram na área da Educação e Educação Física, graves problemas nos processos de inclusão, tais como metodologias inadequadas para o trabalho com os alunos, falta de material e espaço físico adaptado às necessidades, bem como despreparo para o trabalho com grupos de alunos com deficiência. Com a análise das respostas dos professores no

questionário percebeu-se que a inclusão não se efetiva verdadeiramente no espaço escolar, questões de acessibilidade, cursos de formação e capacitação para professores ainda são considerados temas utópicos.

CONCLUSÃO

Analisando as respostas do questionário percebemos que a formação inicial dos professores de Educação Física é insuficiente quando se trata de inclusão de alunos com deficiência. Evidenciou-se também que o município pesquisado não oferece capacitação e formação continuada para tratar deste tema.

Se levarmos em consideração que a função social da escola é possibilitar o acesso ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade, pode-se perceber que a educação inclusiva que hoje está presente no âmbito escolar não cumpre sua função de forma plena.

Conclui-se que a formação adequada aos professores de Educação Física não se efetiva no âmbito do real. Desta forma coloca em risco a apropriação de conhecimento por parte dos alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

CIDADE, R.E, FREITAS, P.S. Educação Física e inclusão: Considerações para prática pedagógica na escola. Brasília. **Revista Integração**. Edição especial, p: 26-30, 2002.

DAÓLIO, J. DA CULTURA DO CORPO. In **Educação Física Escolar: Ser... ou não ser?** Picollo, v.l.n. (Org.) Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4.ed.São Paulo, Atlas S.A. 2002, 175p.

HINZ, Andréas; BOBAN, Inês. Da integração para a inclusão. **Educação Especial**, N. 26. 2005.

LIMA, Lana Ferreira de; SANTOS, Cristiane Da Silva; SILVA, Roseane Patrícia de Souza. O profissional da Educação Física e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. **Poiésis pedagógica**, v. 5/6, p. 125-145. Jan/dez. 2008.

NASCIMENTO, Karina Patrício et al. A Formação do professor de Educação Física na atuação profissional inclusiva. **Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 6, N. 3, p. 53-58. 2007.

NONATO, Domingos do Nascimento. Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. **Orbis: Revista Científica**. Volume 2, n.2. p.138-164. 2011.

PAULON, Simone M.; FREITAS, Lia B. L.; PINHO, Gerson S. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acessado em 10 de setembro de 2016.

SEABRA JUNIOR, Luiz et al. Educação Física Escolar e inclusão: De que estamos falando. **Revista digital**, Buenos Aires, jun. 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em: 30 out. 2015

TRIVIÑOS, Augusto et al. **A pesquisa qualitativa na educação física**. 2.ed. Porto Alegre, UFRGS, Sulina, 2004, 141p.